



Anais da Assembléia

Nº 208

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielese - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1996.
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Augustinho Zucchi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Jocelito Canto, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 563/96, item 02 da Ordem do Dia, e dispensa de redação final por não ter sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 23,12,96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1828-A

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23,12,96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 1828-B

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 23,12,96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1828-C

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da presente sessão, de voto de pesar a família de Vivaldino Ramos da Silva, líder do movimento de moradia de Curitiba e Presidente da Associação de Moradores da Ferrovia, falecido no dia 22 de dezembro de 1996, em acidente automobilístico na BR 376 - Curitiba/Joinville.

Sala das Sessões, em 23,12,96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Vivaldino Ramos da Silva (32), faleceu em 22 de dezembro de 1996, na BR 376, entre Curitiba e Joinville, em acidente automobilístico ocorrido às 16:00 horas. Vivaldino, como era tratado, destacou-se no movimento de luta pela moradia de Curitiba, pela coragem em que presidiu a Cooperativa Habitacional 24 horas, um dos trechos de moradia da Ferrovia e na Presidência da Associação Geral dos Moradores da Ferrovia.

Coragem e solidariedade marcaram a vida de Vivaldino frente ao movimento comunitário, seja com os problemas internos da comunidade, seja nas diversas tentativas de despejos e negociações com a COHAB - CT e a Prefeitura de Curitiba, não só da Ferrovia, mas de diversas outras áreas irregulares de Curitiba e Região Metropolitana.

Está de luto o movimento de moradia do Paraná. A Ferrovia perde um dos ferrenhos lutadores pela regularização da terra.

Vivaldino atuava profissionalmente no ramo da construção civil, empresário que estava prosperando, reconhecido como homem exemplar pelos seus funcionários e pelas grandes empresas do ramo, de quem subempreitava obras.

Vivaldino deixa esposa e filhos, e certamente muitas saudades daqueles a quem sempre serviu, especialmente os mais humildes, sem hora nem questionamento.

A Ferrovia está de luto.

REQUERIMENTO Nº 1828-D

Senhor Presidente,

O Deputado autor da presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo A Opção de Algaci Túlio, de autoria do advogado e professor René Dotti, publicado no Jornal O Estado do Paraná de 22,12,96.

Sala das Sessões, em 23,12,96.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Com a habilidade de escritor e a aplicação de jornalista que lhe são peculiares, o professor René Dotti entoca, no artigo supramencionado, a opção que o Deputado Estadual Algaci Túlio deve fazer entre os cargos de vice-Prefeito de Curitiba ou de membro deste Legislativo.

Lembrando que o Deputado Algaci Túlio sempre se elegerá com argumentos farrascosos, valendo as moedas

do prestígio de cronista policial e de cidadão como o patrimônio moral de seu nome e de sua carreira, o professor René Dotti registra que a corrupção jamais fez do-bradinha com a militância partidária e eleitoral daquele Parlamentar.

A seguir, o ilustre advogado demonstra a inconsistência de uma denúncia de fraude eleitoral, caso o Deputado Algaci venha a optar pela continuidade do mandato Parlamentar, principalmente porque, quando aceitou a candidatura ao Executivo, vivia a expectativa de uma emenda constitucional permitindo o acúmulo de cargos.

Assim, o analista observa que o Deputado Algaci Túlio "é um homem de coração repartido entre Curitiba e o Paraná, numa convivência diária e permanente. Na Assembleia Legislativa, cumpre as relevantes funções de Líder do Governo e atende aos interesses de seus mandatários que são todos os paranaenses."

Refutando a idéia de qualquer fraude, o ilustre jurista assevera as características do vice-Prefeito eleito - humanidade, experiência e civismo - que o qualificam como um parceiro leal, esclarecido e vigoroso para o Prefeito Cássio Taniguchi.

Pela lucidez das considerações do professor René Dotti, requeremos seja o referido artigo transcrito nos Anais do Poder Legislativo Paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho a tribuna nesta que provavelmente seja a última sessão do ano, para tentar dar algumas pinceladas, ou fazer alguns esclarecimentos, sobre o Orçamento do Estado do Paraná.

Quando o orçamento chegou a esta Casa, viemos a esta tribuna, eu, Deputado Rosinha, Deputado Romaneli, Deputado José Maria e vários outros Deputados cobrar que o Orçamento do Estado fosse repassado aos Deputados, assim que chegou na Casa, para que em seguida pudéssemos começar a fazer uma análise. E que esta análise trouxesse então clareza daquilo que é o maior instrumento fiscalizador ao Governo do Estado, o Orçamento.

Assim não foi feito, tivemos pouquíssimo tempo para a análise do orçamento, e tal tempo, menos que suficiente, apenas para alocar os recursos através de emendas, a esta ou aquela cidade. A este ou aquele programa orçamentário.

Pois bem, os prazos rigorosamente cumpridos, tivemos 3.401 emendas alocadas apresentadas pelos Deputados Estaduais, no valor de 1 bilhão de dólares, era a soma das 3.401 emendas. Um bilhão de dólares, modificando o orçamento, é muito mais que o recurso que o Governo vai ter para o investimento este ano. Portanto, era um valor absolutamente inaceitável e a partir de uma negociação do Governo com este Parlamento ficou acertado que os Deputados Estaduais do Paraná teriam direito cada um a apresentação de emendas no valor de um milhão e meio de reais. Algo em torno de um milhão e meio, dois, dois milhões e meio. Mas, algo que fica-se próximo da soma de um milhão e meio de dólares.

Pois bem, da 3.401 emendas, 1.600 emendas foram reapresentadas. Portanto, 48% das emendas foram reapresentadas pelos Deputados a Comissão de Orçamento, com valores alterados. Mas os valores alterados, que somavam antes um bilhão, caíram para cento e cinquenta milhões de reais.

Portanto, tivemos 48% das emendas reapresentadas e 52% do valor das emendas reapresentadas, essas emendas.

Isso nos chamou a atenção, e a partir de um trabalho de colocar todos os valores da Comissão, passados pela Comissão, num programa de computador. Programa esse que no ano passado já pedi para que o Governo me remetesse para facilitar a análise. E para facilitar durante o ano a execução do programa orçamentário. Programa esse, que segundo a Comissão é inviável. Programa que seria facilmente repassado pelo Governo. Porque ele tem condições para isso. Mas que é o nosso modo de ver, deveria ser feito aqui dentro da Assembleia, já que o Governo manda.

Bom, como 48% das emendas foram reapresentadas, mas o valor total das emendas se deu na ordem de 14 ou 15%, começamos a fazer um estudo detalhado de cada emenda apresentada com o valor inicial, e com o valor apresentado depois que o Governo pediu para que cada Deputado só pudesse apresentar até um milhão e meio de reais na soma das emendas. Constatamos que existe nos recursos alocados para 97, 220 emendas com valor de mil reais. Essas emendas abrem rubrica para construção de pontes, estradas, compra de ônibus, construção de escolas, creches, para financiamento a pequenos agricultores. Há também duas emendas no valor de 10 reais: uma para construção de um distrito industrial e outra, parece, para ponte. Há onze emendas no valor de cem reais, destinadas a várias obras, etc. No total 225 emendas com valores entre dez, cem mil reais que abrem rubrica para o ano que vem, através de pressão política, serem realinhados verbas para construção dessas obras ou da compra desses materiais.

Pois bem, se através de pressão política, as mil seiscentas emendas, apresentadas e aceitas pela Comissão forem contempladas nós chegaremos ao recurso de quatrocentos bilhões de dólares nas emendas para 97. Se o recurso inicial for garantido para essas emendas através de "lobby", o valor chegará a 400 milhões de dólares. Mas, quando questionávamos a forma com que se dá o processo do orçamento, víamos a dificuldade de análise através da Comissão de Orçamento, a dificuldade de não ter, nesta Casa, aparelhagem sofisticada suficiente para um trabalho de bom porte. E questionávamos a Presidência, a relatoria, a Comissão - através do Deputado Ângelo Vanhoni, que seria impossível à Comissão fazer um trabalho sério e autêntico com tão poucas condições de trabalho.

Estamos, Senhores Deputados, a partir do momento que aprovamos 220 rubricas com valor de mil reais, cem reais e dez reais, com um orçamento completamente desfigurado, que abriu possibilidade para "lobby" em todas as áreas, criamos no Estado do Paraná e no orçamento aprovado, uma absoluta desfiguração da proposta inicial do orçamento que é controle rígido do total de impostos recolhidos, do total dos recursos obtidos pelo Estado e para o pagamento e para as obras e para a execução delas.

Quando questionávamos isto, semana passada, e dizíamos que nesta Casa, provavelmente, os iguais não eram tão iguais, nos referíamos de forma especial e aí fomos questionados pelo Deputado Durval Amaral, dizia que abriria esta discussão - neste Parlamento - para pedir algumas explicações à Comissão de Orçamento e para questionar os Deputados da Comissão: Plauto Miró, Marquinhos Alves, Durval Amaral e Walmor Trentini que apresentaram, somados, mais de 150 emendas no valor de mil reais. Questionar se esta intenção de abrir tinha caráter exclusivamente populista, na idéia de que recursos foram alocados para determinados municípios ou se a proposta destes Deputados da Comissão era alocar recursos abrindo rubricas para, depois, fazer um trabalho de pressão política.

Se é isso, Senhores Deputados, então a Comissão de Orçamento não precisaria existir. Nós teríamos

nesta Casa, abrir apenas rubricas orçamentárias onde quiséssemos, para as obras que quiséssemos. Então cada Deputado com sua influência conseguiria lá, no Palácio, verbas para determinadas ações. Se esse expediente for aprovado, se esse expediente for usado para abrir rubricas for aceito este ano, desfiguramos completamente a proposta orçamentária e a partir do ano que vem não teremos um orçamento mas uma colcha de retalhos aberta aos "lobbies" e a fuga de qualquer possibilidade de controle por parte deste Parlamento.

Nossa sugestão é que excluíssemos da proposta orçamentária, através de um trabalho de peneira e ofereço para a Comissão e para os Deputados que quiserem, um arquivo já pronto no Programa Excel, de todas as emendas já cadastradas, que fizéssemos um trabalho de exclusão de cada uma das rubricas abertas com valores inferiores aos aceitáveis para cada proposta. Segundo, para completar, além das 220 emendas de mil reais e aquelas outras que têm recursos abaixo do aceitável, que tirássemos, também, uma rubrica aberta no valor de 300 mil reais que contemplou a construção da sede de uma loja maçônica aqui em Curitiba, mas que, provavelmente, com certeza, nem os senhores da loja maçônica sabem ou aceitam isso. E é uma rubrica que, uma vez existente no orçamento, deixa um flanco para que este Parlamento seja desmoralizado.

Vou remeter este pedido, através do Deputado Ângelo Vanhoni, que a partir da primeira reunião, se faça um reestudo e retire do Orçamento do Estado todas as rubricas abertas com valores extremamente abaixo. Sob o perigo de, no ano que vem, termos um devitamento de tal ordem que não seja possível reconstruirmos de novo a história. As 220 emendas abertas no valor de mil reais, cem reais e dez reais, pelo valor original - somam 165 milhões de reais. Um valor muito acima daquilo que foi aceito nas outras emendas de todos os Deputados. A única saída possível, parece, extorpar todos os valores inaceitáveis. Com aparte o Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira - Obrigado pelo aparte.

Vossa Excelência traz uma parte da questão orçamentária que é grave. O orçamento é uma peça singular dentro do Parlamento e ele deve refletir a transparência para que possamos ter, inclusive, condições de acompanhar. O Deputado Durval Amaral foi o relator no ano passado, fez um trabalho no sentido de colocar as emendas da Casa, eu o elogiei na legislatura anterior pelo trabalho realizado, mas, infelizmente, não tivemos nenhuma, pelo menos no meu caso, nenhuma das emendas colocadas dentro do orçamento e quero crer da maioria dos Senhores Deputados, executadas pelo Governo.

Hoje a Casa tem o entendimento no sentido de que um valor no qual os Deputados pudessem contemplar obras na sua região. Entendo como justo a participação dos Deputados dentro do processo de encaminhamento das realizações do Governo nas suas regiões de atuação. Agora, tivemos um entendimento dentro desta Casa, junto à Comissão de Orçamento, junto à Presidência da Casa de um determinado valor. O que é preciso fazer, é fazer da peça orçamentária, uma peça que dignifique e, sobretudo, dê brilho ao Parlamento. Porque ela é o nosso papel mais importante, o lado da fiscalização. Se nós não tivermos condições de fazer um bom acompanhamento e aí, com certeza, o Deputado Durval Amaral falará em nome da relatoria, até para esclarecer as questões que Vossa Excelência traz a este Plenário. Porque se não tivermos essa condição, se não tivermos o mesmo tratamento básico a todos os Parlamentares, fica difícil qualquer entendimento no futuro dentro da Casa. Ela é extremamente importante, a sua fala, tenho certeza que caberá resposta por parte da relatoria e também da Co-

missão de Orçamento nas colocações que o fazem. Sei que a imprensa divulgou o relatório que o senhor elaborou, fez levantamento, é importante que a Casa conheça inclusive para que possamos fazer uma maior discussão. Tenho certeza que vão procurar a melhor solução junto à Comissão de Orçamento para que a Casa saia com um orçamento e com condições de acompanhar esse orçamento no decorrer do exercício de 97. É só isso e agradeço o aparte.

O Sr. Durval Amaral - Quero primeiro cumprimentá-lo pelo trabalho que Vossa Excelência desenvolveu a nível de seu gabinete. O senhor viu o quanto é trabalhoso mexer com o orçamento, com os poucos recursos que se dispõe para isso. É o mesmo trabalho que desenvolvemos no nosso gabinete, com a possibilidade que o Deputado Anibal Khury nos oferece como Presidente da Casa e efetivamente os Parlamentares que estiveram no meu gabinete ao longo da elaboração do orçamento sabe que é feito "a unha", o trabalho a nível interno da Comissão de Orçamento com o apoio do nosso Presidente Marquinhos Alves e dos demais membros da Comissão.

E fico muito feliz com as suas dúvidas, com os seus questionamentos, até porque tivemos a oportunidade de antes conversarmos e chegarmos à conclusão de que tivemos 225 emendas parcialmente acolhidas ao Orçamento Geral do Estado e que todas elas juntas somam R\$ 220.330,00. Que bom que nós estamos falando de algo extremamente subestimado, fora até da realidade, complicado seria se estivéssemos tratando aqui de coisas superestimadas, obras superdimensionadas, o que aliás não existe por parte, nenhuma apresentada pelos Senhores Parlamentares.

Essa possibilidade legal de se abrir que chamamos, costuma chamar de rubrica orçamentária, mas na verdade é incluir no Orçamento do Estado, uma determinada obra com um valor simbólico para constar. Ela é perfeitamente legal, não há maledicência nenhuma, e não foi um privilégio do Deputado Durval, não. Foi todos os Deputados Parlamentares e todos são unânimes em dizer isso. Todos os Parlamentares que me procuraram, transformados com essa inflexibilidade em torno de um milhão e meio de emendas, que queriam uma opção mesmo que momentânea para o seu problema, mas procuramos orientá-los para que eles procedessem dessa forma.

Até porque no jogo democrático, efetivamente, cada um sabe os mecanismos que usam para atender as suas comunidades.

Mais fundamental até do que essa colocação que o senhor fala e que ela é de transcendental importância para a Assembléia e o senhor juntamente com a Bancada do PT sabe disso, porque é um dos subscritores e algumas emendas que jamais em tempo algum foram acolhidas nessa Casa e efetivamente o senhor não trouxe isso à tona, porque foi assinado pelos Parlamentares todos da Bancada do PT, e ele por si só esvaziaria totalmente o seu discurso, porque tenho certeza que o senhor leu as emendas que o senhor assinou juntamente com a Bancada do PT. Essas emendas que o senhor assinou, elas dizem o seguinte: suplementação orçamentária pode acontecer em quais condições? Para pagar pessoal, para pagar encargos da dívida, e encargos sociais e serviço da dívida. Despesas correntes não pode mais. Para que mais pode suplementar o orçamento para dar cobertura às emendas como essas. É, não pode. Mas só pode através de lei, Deputado Rosinha? É, só pode através de lei.

Então, não tem pressão política que possa valer se não passar pela Assembléia, que é a Casa do povo. Bom, mas e aquelas outras delegações que assinei, que tirou da esfera do Poder Executivo a competência de le-

gular em matéria orçamentária que é afeto ao Poder Legislativo? É, acolhemos as suas emendas, nem o senhor acreditava que pudéssemos acolher as emendas que a Bancada apresentou, por exemplo, o remanejamento do quadro de obras, previa 20% do remanejamento do quadro de obras, está reduzindo para 5%. Só que para você mexer lá no quadro de obras, você tem que ter capacidade de suplementar o orçamento nos projetos de atividades que era 20%. Mas, não tem mais Deputado Rosinha? Não tem mais Deputado Emerson Nerone, o senhor assinou isso e nós acolhemos a sua emenda.

Então, não dá para fazer isso que o senhor estava legalmente pensando que seria possível, porque o senhor assinou as emendas, tem conhecimento disso, e elas foram acolhidas. Porque muitos Parlamentares, e alguns deles se preocupam mais na apresentação das emendas, à despesa, do que nas emendas ao texto da lei, aliás, que tem sempre sido alvo al da preocupação da Bancada Petista, da preocupação do Deputado Luiz Claudio Romanelli e de outros Deputados, mas no texto da lei que é bom nesse estudo que o senhor fez acurado, porque de agora em diante, graças a determinação do Deputado Anibal Khury, graças a determinação das Lideranças, nesta Casa de Leis, de todas as Lideranças desde a Bancada do PT, do PDT, do PFL, do PSDB, de todos os Partidos do PPB, que trouxeram de volta para a Assembléia Legislativa as suas prerrogativas, nobre Deputado.

Então, as suas preocupações, apesar de muito elegante a sua postura, elegante mesmo, e quero aqui render as minhas homenagens, apesar de todo o esforço que o senhor teve, porque é também o mesmo esforço que fazemos a nível da Comissão de Orçamento, se o senhor tivesse examinado detalhadamente as emendas que a Bancada do PT assinou, que o senhor é subscritor, que tira todas as delegações de poder do Executivo, exceto aquelas para pagar pessoal, para encargos das dívidas e custeio, certamente, o seu serviço, o discurso seria válido, mas o serviço iria chegar onde chegamos.

Então, quero ressaltar, e efetivamente, aquela notícia que veiculou no jornal, que até alguns colegas vieram me cobrar e que poderia ter acolhido emendas do Deputado Durval Amaral, no valor de dez milhões também não é verdadeira, porque acolhi no valor de um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil reais, que aliás, trinta e quatro mil reais é abertura de rubrica orçamentária que como, efetivamente, tiramos todas as suplementações, trouxemos tudo para a esfera do Poder Legislativo, terá que passar pela Assembléia Legislativa.

Quero parabenizá-lo, foi um estudo brilhante, mas, efetivamente, a Comissão de Orçamento, não desfigurou o orçamento, pelo contrário, teríamos desfigurado o orçamento de oito bilhões e cento e quarenta e oito milhões, se tivéssemos acolhido, um bilhão e cinquenta e oito milhões de emendas o que não aconteceu, acolhemos apenas cento e quarenta e quatro milhões de emendas, algumas outras emendas para o Estado, dentro destes cento e quarenta e quatro milhões, as emendas dos Parlamentares somou em torno de oitenta e dois milhões de reais. Não tem como desfigurar o orçamento, o Executivo só não vai cumprir a proposta orçamentária, se efetivamente outros mecanismos impeçam que ele possa cumprir a proposta orçamentária.

Muito obrigado, nobre Deputado Emerson Nerone pelo aparte e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. EMERSON NERONE - Muito obrigado!

Deputado Durval Amaral, o ano passado o senhor já me chamava de ingênuo, portanto não vou responder.

O Sr. Durval Amaral - Não chamei de ingênuo, pelo amor de Deus, estou lhe elogiando.

O SR. EMERSON NERONE - Vou falar para esses Deputados o seguinte: o Deputado Durval Amaral, apresentou seis emendas em conjunto com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, as seis emendas somavam 25 milhões de reais, elas foram reapresentadas com mil reais cada uma. Deputado Durval Amaral fez em conjunto com o Deputado Antonio Annibelli uma emenda de duzentos e oitenta mil reais, que permaneceu, fez em conjunto com o Deputado Anibal Khury duas emendas de vinte milhões de reais, provavelmente essas emendas também sejam para o Estado, portanto, retiro elas daqui, já retirei as do Estado como tinha falado, fez 26 emendas em conjunto com o Deputado Marquinhos Alves, totalizando inicialmente dois milhões e duzentos, e finalizando com vinte e cinco mil reais, que transformou as vinte e cinco mil reais e das sessenta e quatro emendas apresentadas pelo Deputado Durval Amaral, individualmente, 64 individuais, uma foi de um milhão e meio de reais, acabou, gastou o dinheiro em uma única emenda, uma obra para a Cidade de Cambé.

O Sr. Durval Amaral - Do Estado, lícitada pelo Estado.

O SR. EMERSON NERONE - Sessenta emendas de mil reais, duas emendas de dez reais, aliás, emendas de dez reais que já no valor inicial eram de fato de dez reais e duas emendas de trinta mil reais, que pela região provavelmente a pedido de um dos Secretários também.

Portanto, não há nenhum tipo de explicação que não seja a caracterização e depois, e os Deputados desta Casa sabem, todas as propostas de realocações de verbas do Estado do Paraná, este ano, todas passaram neste Parlamento.

Nenhuma realocação de verbas deixou de passar porque a Bancada Governista aprovou todas e em nenhum momento transferência orçamentária deixou de passar obviamente por causa dos acertos e da pressão política, não estou falando de forma alguma que seja espólio, estou falando que possibilita brechas para pressão política de abertura de créditos e que não há explicação para que 220 emendas no orçamento para a construção de pontes, pavimentação, creches e outras coisas estejam com estas rubricas abertas apenas esperando sobras de capital mesmo porque, Deputado Durval Amaral, e discordando do seu posicionamento, a questão do subfaturamento é sim uma questão complicadíssima, aliás, nós na questão do subfaturamento também alertamos juntamente com os Deputados da Bancada do PMDB e parte do PSDB, que os oito milhões e meio de reais, contemplados pela proposta orçamentária por parte do Governo eram sim superestimados.

Passei para os Senhores uma relação do valor acolhido de cada Deputado, os valores são todos próximos de um milhão e meio até dois milhões e oitocentos, estranhamos por exemplo, nas emendas deste Deputado que somaram dois milhões cento e noventa e nove mil, estranhamos até porque remetemos ao seu Gabinete um valor em torno de um milhão e meio, um milhão e seiscentos mil reais, mas de qualquer forma os valores próximos de dois milhões são absolutamente aceitáveis, eles não desfiguram, e me desculpe o Senhor quando usou o termo inflexibilidade do valor de um milhão e meio. Quando os Deputados desta Casa reclamaram ao Relator da Comissão de Orçamento sobre a inflexibilidade do valor, não há inflexibilidade no acordo entre os Deputados e o Governo foi para que as emendas somassem um milhão e meio de reais não há inflexibilidade do Governo, houve sim um acordo, discordamos deste acordo, nós do PT achamos que as emendas tem que ser colocadas nos valores propostos por esta Casa e entendemos também que apesar disso como as emendas

alcançaram um valor de um bilhão de reais aí sim acabou sendo impraticável e permitiu estas distorções.

O Sr. Durval Amaral - Só quero registrar que efetivamente vários Deputados até da sua Bancada tiveram abertura de rubricas orçamentárias e eu não vejo mal nenhum até porque é plenamente legal. O valor das suas emendas apresentadas já que o Senhor declinou o meu, passam de quinze milhões de reais o que efetivamente para um Deputado da Bancada do PT que não atende municípios são valores substanciais, o que foi acolhido realmente está próximo de um milhão e meio. Valor apresentado é uma coisa, passa de quinze milhões as suas emendas e o Sr. sabe disso três milhões e assim vai...

O SR. EMERSON NERONE - O valor apresentado inicialmente é um valor que estava em aberto. Os valores são absolutamente aceitáveis e isso é público, as minhas emendas eu apresento e eu tenho coragem de mostrar para todo mundo, elas não são emendas de sub ou de super faturamento, são emendas absolutamente aceitáveis...

O Sr. Durval Amaral - As suas são aceitáveis, as dos demais Parlamentares não são.

O SR. EMERSON NERONE - Da maioria absoluta dos Parlamentares é extremamente aceitável, não aceitável é expor o Orçamento do Estado a emendas de 10, 100, 1.000 reais, eu não estou colocando todo mundo na vala comum, eu estou colocando apenas Deputados que a relatoria, a Vice-Presidência, o Presidente, e outro Membro da Comissão fizeram juntos...

O Sr. Durval Amaral - O Deputado Colombo e outros Deputados do PT tem emendas só com rubrica orçamentária acolhida porque foram interessados, foram atrás e buscaram os mecanismos.

O SR. EMERSON NERONE - Gostaria que o Senhor ficasse nervoso porque esta questão a iremos bem a fundo.

O Sr. Durval Amaral Não estou nervoso e nem vermelho. O Senhor ficou vermelho quando soube que assinou emendas que nem conhecimento tinha.

O Sr. Renato Adur - Acho lamentável a preocupação de V. Exa. quando apresenta um relatório com a nominação de todas emendas dos Parlamentares desta Casa. Acho importante a sua preocupação também na questão dos referenciais pequenos para obras com valores superiores como V. Exa. colocou.

Eu quero deixar registrado que eu apoio este tipo de procedimento, porque uma obra que custa, por exemplo, 100 mil reais e que aparece no Orçamento apenas consta com um real, dez reais, este valor possibilita que o Parlamentar, ao longo do ano possa trabalhar politicamente com suas lideranças, junto ao próprio Governador e Secretário de Estado para aquela obra de uma creche, de uma ponte, de uma escola, qualquer outro tipo de estabelecimento, possa ter uma suplementação orçamentária ou um remanejamento de verbas e esta obra possa ser executada. O simples fato de constar um real, dez, cinquenta, cem reais, valor simbólico no Orçamento garante a possibilidade de realização daquela obra desde que, a atuação de uma bancada ou de um parlamentar junto aos órgãos executores do processo, do Governo do Estado, que são os Secretários de Estado, nós possamos realizar obras. Nós temos exemplos práticos já de reali-

zação desta natureza.

Por isso, queria apenas, querendo colaborar com V. Exa. dizer que não somos contra este tipo de procedimento. Somos contra sim obras superfaturadas, supervalorizadas, vamos dizer assim. Mas esse sub-faturamento, este valor simbólico é importante para que possamos ao longo do ano continuar trabalhando, para num remanejamento de verba, porque muda muito, V. Exa. sabe mesmo quantas suplementações e remanejamentos de verba nós não fizemos durante o ano nesa Casa. Isto ocorre normalmente. Era isto que eu queria colocar a V. Exa.

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Renato Adur, o meu questionamento é assim, o senhor apresentou inúmeras emendas, foram 18 emendas, dentro de um milhão e meio de reais o Senhor espalhou, quer dizer, o Senhor alocou recursos suficientes para contemplar a maioria dessas emendas. Em algumas emendas o Senhor usou este expediente, em algumas emendas apenas...

O Sr. Renato Adur - Não, em todas minhas emendas coloquei valor real. Algumas das minhas emendas foram aprovadas com valor simbólico. Isto significa que eu terei, durante o ano, fazer um trabalho, defendendo a minha proposta e mostrando e provando ao governo, que não é o meu governo, mas provando para o governo que esta obra é importante e necessária. E eu poderei além das minhas, eu apresentei uma emenda no valor de 13 milhões, 266 mil reais, das quais foram aprovadas algumas emendas no valor de 2 milhões e 69 mil reais, menos do que o valor que foi aprovado para V. Exa.

Agora, fiquei satisfeito porque tem umas cinco ou seis emendas que embora estejam com valor simbólico eu continuarei trabalhando ao longo deste ano para que essas obras sejam realizadas através de remanejamento de verba. E falo com muita tranquilidade porque eu não pertenço ao quadro, ao grupo do governo atual, mas nada me impede que eu continue trabalhando para isto.

Por isso, Deputado, acho que o Deputado Durval em algumas questões ele foi até complacente conosco, porque ele nos deu também esta oportunidade para que possamos continuar trabalhando no orçamento ao longo do ano de 97.

O SR. EMERSON NERONE. - Deputado Durval Amaral, apesar de eu não concordar com a abertura da rubrica, eu entendo quando V. Exa. diz que colocou recursos na maioria das suas emendas com valores extremamente aceitáveis e possíveis de cumprimento e em algumas emendas o Senhor abriu rubricas para que posteriormente fosse. Apesar de não concordar com esta abertura de rubrica, mas entendo que o valor inicial proposto contemplou a maioria das suas emendas. O que eu não posso concordar é que o relator diga, dê suas desculpas de que não vai ser somente por pressão política e que das suas 64 emendas apenas uma contempla um milhão e meio de reais e o resto todas, 63 emendas, fora as emendas que são feitas junto com outros Deputados, totalizando 99 emendas, todas elas têm o valor de mil reais. Portanto, aí só sobra espaço para pressão política, nem mesmo um milhão e meio. Este é o nosso questionamento.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado? Deputado Nerone, a princípio acompanhava a sua preocupação, mas vendo a explicação do Deputado Durval Amaral, ele nos diz o seguinte: que todos os Deputados que abriram a rubrica de qualquer forma para que essa obra seja feita há necessidade de ser aprovado a suplementação por essa Casa. E a minha

preocupação, como era a sua também, é de que algum Deputado tivesse sido privilegiado com a abertura dessas rubricas. O que eu imagino é que se no momento que o Deputado vai batalhar junto ao Governo do Estado para que essa obra realmente seja executada, da mesma forma o Deputado que não colocou essa rubrica também pode fazer esse trabalho e o Governo mandar para a Assembléia como suplementação. Então, eu acho que não há favorecimento, pelo menos eu estou entendendo desta forma.

O que ficou combinado foi em torno de um milhão e meio por Deputado, e vinte e cinco quilômetros caminho da educação, que daria em torno de mais um milhão e pouco, ou seja, a soma em que foi acordado entre os Deputados e o Executivo as emendas ficariam em torno de dois milhões e seiscentos. Não seria exatamente isso. Então, a preocupação de que o Deputado que abriu a rubrica tivesse o favorecimento deixa de existir no momento que para essa obra seja executada há necessidade de suplementação por parte do Governo do Estado, e ele precisa mandar para esta Casa. Da mesma forma, nós que não apresentamos essas emendas com valores baixos, também podemos batalhar junto com o Governo do Estado, mostrar a necessidade da obra, o Governo manda para a Casa através da suplementação e vai ser aprovada através de lei da Assembléia Legislativa. Acho que a preocupação inicial que V.Exa. tinha deixado de existir com a explicação do Deputado Durval Amaral, pelo menos entendi desta forma.

O SR. EMERSON NERONE - Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Nerone agradeço a deferência pelo aparte, mas faço minhas as palavras do Deputado Cezar Silvestri. Era essa colocação que eu gostaria de fazer, porque se for da forma que Vossa Excelência está colocando, ao Parlamentar não ter colocado, não ter solicitado a abertura de rubrica, poderia muito bem gestionar politicamente junto ao Governo para execução de qualquer obra que fosse, desde que evidente é dentro dos critérios estabelecidos pela lei. Então, eu acho que a sua preocupação é válida, mas eu estou também na mesma linha do Deputado Cezar Silvestri, eu acho que há a possibilidade dos Deputados que não abriam rubrica de trabalhar da mesma forma, esta rubrica apenas dá a possibilidade legal, através do instrumento legal dentro do orçamento, de politicamente, ou de outra forma, ou através de mostrar necessidade para o Governo da obra, que nós temos a possibilidade de executar esta obra. Era essa a colocação que eu gostaria de fazer.

Agradeço o aparte.

Ouçõ atentamente as suas colocações nobre Deputado, vejo a sua crítica que se faz a comissão de orçamento, no Presidente, nos Membros, no Relator, Durval Amaral. E vejo que se faz uma tempestade num copo de água, da onde foi dentro do orçamento colocado e aprovado, acatado pela comissão algumas emendas que meramente abriu uma dotação orçamentária, não quer dizer que elas vão acontecer. E se o senhor quer, os Deputados quiserem, é isso que o Deputado Cezar Silvestri falou, vão ao Governo usar o seu prestígio junto ao Governo, usar as colocações junto ao Governo das necessidades dessas obras, e vão conseguir. Vem para a Assembléia, nós aprovamos, como já aprovamos inúmeras, nesses seis anos que estou nesta Casa por inúmeras vezes passou aqui a abertura de dotação, remanejamento de dinheiro. E desta forma você vai poder representar e ajudar o seu município.

Acho que o Senhor está fazendo uma tempestade num copo de água, sem ter motivos para estar fazendo

tudo isso que está.

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Plauto Miró pode até ser uma tempestade em copo de água. Conversei com o Deputado Paulo Bernardo, que é um dos maiores entendidos em Comissão de Orçamento. Expliquei: "Deputado Paulo Bernardo, está acontecendo isso, isso e isso no Paraná, emendas abrindo rubricas com valor de dez, cem ou mil reais, tanto faz, outras de quatro, outras de dez mil reais para construir ponte; mas inúmeras obras, inúmeras rubricas sendo abertas. Qual é o procedimento da Comissão de Orçamento da Câmara Federal e o que é que se propõe a partir disso?" O Deputado Paulo Bernardo disse: "Nerone, isso não existe."

Gostaria, Deputado Cezar Silvestri, respondendo conjuntamente, o Deputado Cezar Silvestri foi um daqueles Deputados que não apresentou emendas desse valor, inclusive tinha sido avisado na Comissão de que seria usado expediente, mas não usou esse expediente por motivos pessoais mesmo, que provavelmente dos quais eu não usaria. Senhores, se é para abrir rubricas orçamentárias com valor de dez, cem ou mil reais, num total de duzentos e vinte rubricas, das mil e seiscentas acolhidas, se é para usar pressão política para a conclusão ou para aumento de verbas em cada uma destas duas, teremos o ano que vem pressão política sobre quinhentos milhões de dólares, que é o total necessário para a conclusão de todas essas obras.

Se este expediente for usado, então acabou o porquê de colocarmos emendas no Orçamento. Se usarmos deste expediente e for aceito por este Parlamento estas explicações, não há um porquê. No ano que vem abriremos rubricas orçamentárias no valor de um real, no valor simbólico para as obras que quisermos, e acabou a proposta orçamentária. Não é possível.

A minha sugestão é que retiremos todas as propostas na ordem de mil, cem, e dez reais, e todas as rubricas abertas com valores absolutamente inaceitáveis, que também retiremos trezentos mil dólares que foram alocados para construção da sede própria da maçonaria, aqui, em Curitiba. E aposto que a maçonaria não vai aceitar esse dinheiro mesmo. Que retiremos estas duzentos e vinte emendas, todas as outras que tiverem valores extremamente ínfimos, valores inaceitáveis.

E nós, a partir do ano que vem, e aí, Deputado Durval Amaral, eu me somo a Vossa Excelência, quando diz que há pouquíssimas condições de trabalho. E por isso temos discutido, brigado, com o Deputado Joel Coimbra, e com os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte. E os quinze Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, nós já "quebramos o pau" inúmeras vezes, este ano, justamente pela impossibilidade de acompanhamento, e temos nos desdobrado.

O meu testemunho, enquanto Deputado da Comissão de Constituição e Justiça, de ter sido o Deputado que mais fez voto em separado, e que mais apresentou relatorias diferenciadas aos projetos.

É possível avançar. Do ano passado para cá, não avançamos absolutamente nada no controle orçamentário. Ao contrário, este ano, tivemos uma enxurrada de aberturas de rubricas, que impossibilitam, e mais que isso que jogam esta Casa ou alguns Deputados para o Palácio, para a pressão política, liberarem as suas verbas, mas especialmente é inaceitável, Deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Marquinhos Alves e Walmor Trentini, os quatro membros da Comissão de Orçamento, que eles juntos somem mais de cento e vinte emendas, algo em torno de cento e cinquenta emendas, juntos, de abertura de rubrica orçamentárias, e os Srs. me digam, que isso não vai ser usado depois para pressionar o Governo para a liberação especial dessas, especial dessas.

Todo mundo sabe, e o Paraná sabe, e temos denunciado isto, que é impossível a esta Casa, sem um sistema de informatização controlar o Orçamento do Estado. Agora, abrimos um precedente muito pior ainda, na abertura de rubricas para a pressão política, que vai se tornar de forma absoluta, impossível de se controlar neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Durval Amaral é conhecido na nossa bancada como o "ligeirinho". E para usar uma expressão que o Senhor sempre usa Presidente, Deputado Nerone, a "Inês é morta", né. O Orçamento já foi votado, e já foi aprovado.

Acho que Vossa Excelência, num momento apropriado, deveria ter levantado estas questões.

O SR. EMERSON NERONE - (Pela Ordem) - Deputado Romanelli, o Senhor sabe que não existe menor condição de análise em tempo hábil de três mil e quatrocentas emendas, uma análise aceitável, no tempo em que temos para aprovar esta aqui.

Ficamos sabendo das emendas acolhidas três, quatro dias antes. E em seguida votamos. O Senhor conhece, não passou pela Comissão de Constituição e Justiça. Inclusive, o senhor sabe que não há nenhuma possibilidade de controle sobre aquilo que foi aprovado, e por isso o PT votou contrário a esta proposta orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, acho que o PT votou a favor, mas o que quero aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados é fazer uma denúncia a essa Casa. E até quando vivi este problema, na madrugada de sexta para sábado, fiquei pensando quanto seria importante se nessa Casa aqui tivéssemos uma Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. Quem sabe, Deputado Algaci Túlio, se no período vindouro possamos discutir esta questão e constituir uma Comissão permanente.

Vivi, na última madrugada de sexta para sábado aquele drama que vivem milhões de pessoas, em determinados momentos da sua vida. Isso aconteceu quando vi meu irmão gêmeo, Ricardo Romanelli Filho, tendo uma crise que era uma urgência médica, uma infecção na área da junção dos ossos da bacia. Não sei bem os termos técnicos, mas meu irmão urrava de dor, desesperado. Chamamos o médico reumatologista conceituado, Dr. Acyr Rachid, que foi até a casa do meu irmão, na madrugada, isso era uma e meia da manhã, e recomendou uma remoção urgente para o Hospital Nossa Senhora das Graças.

Muito bem, temos que fazer a remoção, e meu irmão paga desde o dia 22 de março de 1994, nove reais e trinta centavos, como devem fazer aliás, muitos dos Senhores Deputados, amigos, familiares, conhecidos, paga a uma empresa que é dedicada ao estelionato, chamada ECO SALVA.

Pois esta empresa, ECO SALVA, deixou de fazer o atendimento de urgência, dizendo que não dispunha, naquele momento de ambulâncias, quando aqui, no verso do cartão diz: "Enquanto estas informações estão sendo transmitidas, nossa UTI já está a caminho".

Todos aqueles que portam o cartão da ECO SALVA tem o sentimento que se sentir mal, precisar ser atendido, vai ter que porta a casa ou do estabelecimento

aonde estiver uma ambulância dotada de UTI para a remoção para um hospital. É mentira! Eles fraudam o direito do consumidor!

A moça que atendeu antes fez umas 300 perguntas, depois disse: "Não dispomos de ambulância para mandar agora." Pior do que isso, pior no sentido do consumidor, a moça disse, primeiro para minha cunhada e depois para mim: "Mandamos a ambulância, quando for possível, mas o Senhor tem que pagar uma taxa de oitenta reais, que é a taxa de remoção." Então eu pergunto o seguinte, tem famílias que tem 5, 6, 7, 8 membros, paga taxas de cinquenta reais por mês, com o sentimento que vão ser atendidos na hora que precisam.

Terminou como? Terminou eu tendo que colocar o meu irmão que tem quase 115 quilos, nas costas, se rasgando, colocá-lo no meu automóvel, e rapidamente, no meu carro mesmo, e levá-lo ao Hospital Nossa Senhora das Graças. E claro, o Hospital também de madrugada, reconheçamos a área da Saúde, é um drama que atinge a todos indistintamente.

Agora, imagino o seguinte, se fosse uma urgência cardíaca ou outro tipo de doença, teria morrido. E morrido por quê? Porque são irresponsáveis. As pessoas têm o sentimento que estão protegidas quando são associadas a uma empresa desse tipo. Cinquenta e cinco minutos depois do telefonema apareceu a ambulância. Fazia exatamente trinta e cinco minutos que eu já estava no hospital com o meu irmão, duas horas e quarenta minutos da manhã, aproximadamente. E mais do que isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a ECO SALVA fica umas oito quadras da casa do meu irmão, não demoraria para vir mais do que 3 a 4 minutos, seria extremamente rápido, pois o meu irmão mora na Praça do Japão e a ECO SALVA é na Rua Sete de Setembro, a duas quadras depois da via rápida.

Concedo um aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. Florisvaldo Fier - Agradeço o aparte.

Deputado, esse tipo de empresa, como a ECO SALVA, dentro de um Sistema de Saúde não tem necessidade nenhuma de existir.

Quando fazemos as estatísticas, por exemplo aqui na Capital, acidentes de trânsito ou qualquer outro tipo de urgência em vias públicas, o SIATE tem a eficiência desejável, a competência e a qualidade do atendimento insuperável na nossa Capital. Outros tipos de emergência como o caso do seu irmão, ou semelhantes a essa, representam um percentual bastante limitado, e esse percentual, se pegarmos - ou até mesmo que seja um percentual elevado - se compararmos esse dinheiro que é pago por mês, daria para pagar um taxi para ir ao pronto socorro sem correr risco de vida.

O problema que se estabelece são para alguma patologia que são mínimas, que é o caso de infarto, cujo serviço também não dará a cobertura necessária, uma vez que é uma ambulância, até eles chegarem na sua casa se você pegar um taxi, quando eles chegarem você já estará na metade do caminho do hospital. E ela é uma ambulância de transporte, ela te despeja no hospital, ela não garante nenhum atendimento na sequência, não há continuidade no atendimento médico.

A ECO SALVA é o tipo de serviço que se estabelece na área de saúde justamente num país como o nosso por ser deficiente na área de saúde pública e por ser uma sociedade desinformada, porque se a sociedade tivesse acesso a todas as informações de quais são os percentuais que ocorrem de mortalidade, quais são os índices de morbidade na região, esse tipo de "comércio", não se estabeleceria, porque o mercado só existe em cima da exploração e da desinformação.

É o tipo de empresa que não reduz absolutamente nada a mortalidade de uma cidade, não reduz mortalidade

de por esse tipo de empresa médica, aumenta somente a lucratividade desses setores.

Então, as vezes as pessoas têm que viverem a experiência que viveu o seu irmão para aconselhar a ninguém ter a ECO SALVA. Aonde eu participo de debates eu aconselho, eu digo: "não faça isso, é bobagem." Até porque quando vemos as análises, os acidentes gravíssimos tem o SIATE. E se você estiver na sua casa e piorar, ou chama um médico, como vocês chamaram ou põe num carro ou táxi, leva imediatamente para um hospital, que o médico nenhum e hospital nenhum se nega atender emergência em qualquer hora do dia ou da noite.

Eu já fui médico plantonista e sei disso.

A ECO SALVA é falcatrú, é uma empresa que não contribui para a área da saúde pública.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Florisvaldo Fier pelo seu testemunho.

Só quero deixar esse alerta aos Senhores Deputados, que nunca se filiem a essa ECO SALVA. E quero propor a esta Casa o seguinte, vou consultar a minha assessoria jurídica, e quero descobrir qual é o mecanismo que temos para fiscalizar a ação dessas empresas, ver o faturamento e ver o seguinte, quantas pessoas estão sendo lesadas por esse tipo de empresa que efetivamente não serve aos interesses da população curitibana.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto as Lideranças.

PSDB, PFL, PPB, PT, PDT, PTB, Liderança do Governo.

(Todos declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 563/96, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, acima aprovado:

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, visando atender a construção de 120 creches nas Vilas Rurais, COM PARECER DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 098/96, que objetiva dar nova redação a Lei nº 11.280/95 - IPVA. COM PARECER DA C.C.J. EMENDAS DA C.C.J. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 524/96

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a se pronunciar relativamente às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 524/96 que altera a Lei Orgânica do IPVA e aprova a tabela de valores veiculares para cálculo do imposto no exercício de 1997 entende que:

1ª) As emendas de nºs 1 e 2: estendendo os prazos para pagamento do IPVA até o mês de dezembro, não deverão ser acolhidas sob pena de contrariar o que dispõe, a nível nacional, Resolução nº 781 de 07.06.94 do CONTRAN, quando a obrigatoriedade de renovação do licenciamento anual dos veículos até o mês de dezembro de cada ano.

A Mensagem do Executivo estabelecendo prazo para pagamento até outubro objetiva possibilitar que os proprietários de veículos com placa final 8, 9 e 0, pudessem efetuar o pagamento em até 3 parcelas e assim receber o licenciamento no prazo estipulado na resolução do CONTRAN.

2ª) As emendas nºs 3 e 5: objetivam ampliar em 5% os percentuais que estimulam o pagamento antecipado em cota única e o pagamento em cota única no prazo regulamentar, também não merecem acolhida porque em vista da nova realidade econômica nacional e das previsões de inflação para 1997, em torno de 10%, quando efetuado pagamento antecipadamente ou, dentro do prazo regulamentar, sem parcelamento;

3ª) Emenda nº 4: reduzindo para 2% a alíquota para os demais veículos registrados no DETRAN ou cadastrados na SEFA. Além de conter erro de técnica redacional, pois deveria dar nova redação ao inciso II, suprimir o inciso III do artigo 4º da Lei nº 11.280/96, também deverá ser rejeitada porque seu efeito é reduzir a alíquota do IPVA que encontra-se em 2,5% - lembre-se que esta é uma das mais baixas unidades federadas - promovendo uma significativa queda na arrecadação do IPVA, e, em consequência, diminuindo os recursos estaduais e municipais que já se encontram defasados; e

4ª) A emenda nº 6 que aumenta para 2,5% a alíquota do IPVA para os veículos de propriedade das locadoras também é inaceitável porque reestabelece distorção sofrida pelas locadoras quanto à respectiva carga tributária, e que foi corrigida pela emenda desta Comissão fixando em 2% a alíquota dos veículos destinados à locação, os quais quando de propriedade das locadoras recebiam o impacto de 1,5% e quando explorados pelas locadoras em regime de arrendamento mercantil, eram tributados em 2,5%.

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer contrário às Emendas de Plenário apresentadas.

Sala das Comissões, em 23.12.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em votação o Projeto sem prejuízo das Emendas.

O SR. EMERSON NERONE - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos um total de seis Emendas apresentadas nesse Projeto. Duas Emendas mexem nos períodos de pagamento de IPVA, duas Emendas mexem nas taxas, nos percentuais de pagamento e desconto. A quinta Emenda não me recordo agora qual o motivo e uma sexta emenda de autoria desse Deputado da Bancada do PT que altera o valor dos veículos de aluguel que os proprietários são corretores, locadoras de veículos nesse Esta-

do, alterando para dois e meio por cento.

O motivo dessa Emenda é exatamente simples, queremos que as locadoras paguem no Estado do Paraná o mesmo percentual que qualquer cidadão comum paga no Estado do Paraná.

Queremos apenas que os iguais continuem iguais. A argumentação principal, Senhores Deputados para um valor diferenciado é de que as locadoras poderiam usar artifícios transformando, emplacando os seus carros em outros estados da federação e a partir daí locando carro no Paraná, mas com placa do Rio Grande do Sul.

Se eles têm instrumentos hábeis para burlar a Lei do IPVA, temos instrumentos fiscais, legais para pressionar que isso não aconteça. São instrumentos muito mais eficientes do que a prática simples de ir lá e emplacar o carro em Manaus ou na Bahia.

Se essa for a argumentação, vamos criar aqui, Deputado Rosinha, Deputado Romanelli, Senhores Deputados, uma guerra fiscal no valor do IPVA e quem sai perdendo numa guerra fiscal no valor do IPVA é justamente os municípios que recebem 50% do valor pago no IPVA. É o caso de Maringá, de Londrina, Cascavel, Curitiba, Pato Branco, enfim todas as Cidades do Estado que têm empresas que locam carros. Segundo, não é um cidadão comum, não são as pessoas menos abastadas desse país, que alugam carro. Estaremos de novo privilegiando uma quantidade muito pequena de pessoas, supondo com isso, que esse meio por cento fosse retirado do valor da locação.

É óbvio que não vai ser tirado, portanto, estaríamos ajudando com mais recursos as empresas locadoras de automóveis.

E verdade que o Governo do Estado é o maior freguês hoje desse pessoal. Mas se esse meio for acrescentado ao preço de locação o Governo do Estado vai recebê-lo no IPVA.

Portanto, isso não é desculpa e não pode ser usado esse expediente.

Pedimos, Senhor Presidente, que se destaque a Emenda de dois e meio por cento. O Deputado Annibelli pediu o destaque dessa emenda e não foi acatado e foi aprovado o voto de relatoria.

Nós, da Bancada do PT, votaremos contra essa Emenda, esse Substitutivo Geral que aceitou algumas e não aceitou outras Emendas. Afinal, votaremos contra esse relato por entendermos que não é possível diferenciarmos os locadores de cidadãos comuns, sob o perigo de não termos com que explicar à nossa população a um cidadão que no dia-a-dia convivemos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Votação da Emenda de Constituição e Justiça.

(Lê).

Aprovada.

O SR. EMERSON NERONE - Estamos votando as Emendas aprovadas na C.C.J.. O Deputado Antonio Annibelli solicitou um destaque à Mesa. Gostaria de saber o encaminhamento que vai ser dado a este pedido.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Emenda do Deputado Antonio Annibelli será votada após as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça, pois tem preferência regimental.

"Art. nº 4 - As alíquotas de IPVA são: 2% para os veículos destinados para locação de propriedade de empresa locadora, ou cuja posse essas detenham mediante contrato de arrendamento mercantil."

Aprovada.

O SR. EMERSON NERONE - Voto contrário da Bancada

do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Será registrado. Emenda de Plenário de autoria do Deputado Antonio Annibelli e outros.

(Lê).

Aprovada.

Com a aprovação da Emenda nº 1 fica prejudicada a Emenda nº 2.

Parecer contrário das Emendas nºs 3, 4, 5, 6. Os Senhores Deputados que rejeitem permaneçam como estão.

Rejeitada.

O SR. EMERSON NERONE - Gostaria de pedir o voto contrário.

Estamos votando quatro Emendas. A Emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli, as Emendas nossas que modificam o texto. Se, votarmos contrário a esta proposta há possibilidade ainda de retornarmos na votação das Emendas o valor de 2,5%. Seria isto Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - "Essa Inês já é morta", como dizia o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. EMERSON NERONE - Voto contrário, então, da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1828-B, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828-A, de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828-C, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828-D, de autoria do Sr. Deputado Elío Rusch, constante do expediente. Aprovado.

(A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ELIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1996.

"A OPÇÃO DE ALGACI TULIO"

Jornal "O Estado do Paraná"

Dr. René Dotti

Na cerimônia de diplomação dos vereadores e do prefeito municipal de Curitiba, uma ausência foi muito especulada: a do Deputado Algaio Tílio, eleito vice-prefeito. O talo sugeriu uma opção na Justiça Eleitoral, para

Partido dos Trabalhadores, para impugnar o mandato do Prefeito Cássio Taniguchi, cabeça de chapa do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que obteve a vitória já no primeiro turno. A Constituição admite a referida ação quando houve prova de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude. Segundo a tese dos consultores jurídicos do PT, a cassação do novo Prefeito e do vice se basearia na acusação de "fraude" ou seja, o Deputado Estadual teria registrado a candidatura a vice-Prefeito, quando, previamente, não se disporia a trabalhar por Curitiba e sim continuar servindo o Paraná. As duas outras hipóteses soariam como absurdas. Todo o Paraná sabe que o Deputado Algaci Túlio sempre se elegeu com orçamentos famélicos, valendo as moedas do prestígio de cronista policial e de cidadão como o patrimônio moral de seu nome e de sua carreira, marcada durante muitos anos nas páginas deste "O Estado do Paraná". E a corrupção também jamais fez "dobradinha" com a sua militância partidária e eleitoral.

O raciocínio em torno da "fraude" é de consistência aparente e descartado sob três aspectos, pelo menos: 1º) a Constituição, a Lei de Inelegibilidade e outros textos sobre a matéria não impõem ao deputado (federal ou estadual), ou senador a renúncia ao mandato para se candidatar a outro cargo de escolha popular. O Brasil inteiro sabe disso, bastando lembrar os casos do Ministro-Senador José Serra, em São Paulo e do Deputado Djalma de Almeida César, no Paraná: o primeiro não foi eleito para a Prefeitura de São Paulo, porém o segundo teve o nome sufragado para ser o vice-Prefeito de Ponta Grossa, renunciando a este mandato para exercer o cargo de deputado federal, já que era o primeiro suplente e que assumiu com o falecimento do Deputado Elias Abrahão; 2º) A Justiça Eleitoral não exigiu a opção prévia entre o mandato em curso e o mandato a ser obtido nas urnas. São muitas as variáveis que impedem tal requisito, entre elas a perspectiva de uma emenda constitucional - cogitada durante o período eleitoral de 1996 - para permitir a licença do deputado (ou senador) eleito ao cargo de vice-Prefeito, assim como ocorre, aliás, quando um parlamentar é convidado para assumir um ministério ou uma Secretaria de Estado ou de Município. Quem exerce funções públicas relevantes e assim o faz no interesse coletivo, não recebe procuração para ser exercida no interesse individual do eleitor. Não se caracteriza entre o votante e o candidato um contrato, no modelo das relações jurídicas privadas. Tal exigência conduziria a um tipo de fidelidade cega quando não se enxergasse que o voto destinado ao prefeito ajudou a fazer um ministro de Estado, por exemplo, se o governo federal, o povo e a nação convocam o Chefe do Executivo Municipal eleito, de uma cidade para gerenciar os negócios e os interesses

da Fazenda, Justiça ou Saúde do país. O abuso do mandato ou o desvio do mandato são hipóteses inadmissíveis nesse tipo de procuração que é outorgada não em favor do interesse privado mas do interesse público, e portanto, impessoal.

Em relação ao vice-Prefeito, Algaci Túlio, o tormento da opção resultou de múltiplos fatores. Ele é um homem de coração repartido entre Curitiba e o Paraná, numa convivência diária e permanente. Na rádio, pela manhã, ele é o comunicador social dos fatos que envolveram a cidade e os protagonistas da divina comédia da existência criminal: acusados, vítimas, testemunhas, polícia, Ministério Público, Judiciário, enfim, todo um universo que se movimenta tendo ao fundo o coro trágico de culpados e inocentes e as mazelas do poder público. Na Assembléia Legislativa à tarde, ele cumpre as relevantes funções de líder do governo e atende aos interesses de seus mandatários que são todos os paranaenses: desde a sua Rio Branco até os mais distantes sítios do mapa estadual.

Há indícios seguros de que o nosso valoroso Algaci Túlio será, mais uma vez, o vice-Prefeito de Curitiba, missão para a qual tem sido chamado mais de uma vez. As suas qualificações de humanidade, experiência e civismo apontam nesse caminho, quando a rebelião doméstica do PDT, gerada pelo episódio da eleição da nova presidência da Câmara de Vereadores, não anuncia fumaça branca nas primeiras rodadas de fritura, além de outros eventos políticos futuros e incertos, que exigirão do Prefeito Cássio Taniguchi um parceiro leal, esclarecido e vigoroso como é o seu vice.

A saída da Assembléia deve ter sido uma escolha difícil para Algaci em face de outro complicador: o afastamento de seus pares e, em particular, da convivência frutuosa do presidente da Casa e clarividente, Aníbal Curi. São raras as figuras da crônica política paranaense que demonstraram, ao longo de toda uma existência parlamentar, que a habilidade a paciência, a perseverança e a lucidez são virtudes primárias dos homens que fazem história. E o mestre Aníbal Curi é um deles.

E não me venham falar de contradição no gesto de Algaci Túlio.

Principalmente nestes dias quando o mundo comemora os 60 anos da morte do escritor siciliano, Luigi Pirandello. Entre suas peças de teatro está o "Così è se vi pare" (Assim é se lhe parece), uma verdadeira antologia sobre a contradição como caminho para a verdade e a denúncia de que os homens não podem ser transformados em monumentos de coerência.

René Ariel Dotti é advogado, professor universitário e membro da Academia Paranaense de Letras.